

Audição sobre o Audição Pública sobre a aplicação do Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa

A ZERO agradece o convite que lhe foi dirigido para participar nesta audiência pública e congratula-se com o facto de haver atualmente na sociedade portuguesa um consenso tão alargado sobre a importância do arvoredo urbano para a qualidade de vida dos munícipes.

Além disso, parece-nos particularmente grato que a Câmara Municipal de Lisboa realize a sua intervenção no arvoredo urbano com uma base científica, escolhendo técnicos qualificados e em colaboração com as faculdades.

No novo regulamento municipal, existem alguns pontos que nos pareceram particularmente positivos.

o **artigo 7º - Participação das populações**, pela possibilidade de envolver ativamente a população na gestão da infraestrutura verde.

o **ponto 6 - Limpeza e manutenções gerais**, pela recomendação da utilização de biotrituradores para a destroça, no local, dos resíduos verdes saudáveis e a sua incorporação nas caldeiras, algo que é, há muito, defendido pela ZERO.

o **artigo 9º - Proibições**, pela consagração do abandono definitivo, em quaisquer circunstâncias, da técnica da rolagem, ainda tão usada por autarquias menos sensibilizadas para o tema.

o **artigo 11º - Proibição de trabalhos na zona de proteção do sistema radicular**, cujo pormenor na regulação das intervenções técnicas junto ao arvoredo constitui uma boa orientação para as equipas que as vão realizar.

o **anexo I - Normas técnicas para implantação e manutenção do arvoredo de Lisboa**, por indicar claramente que deve ser feito um investimento na intervenção atempada e menos agressiva, privilegiando em simultâneo o uso de técnicas de controlo de pragas menos agressivas e mais biológicas.

Fazendo agora uma análise mais alargada ao tema em apreço, a ZERO gostaria de salientar a importância que tem o adequado planeamento, a montante, do edificado e das inúmeras estruturas técnicas a ele associadas.

O arvoredo urbano não é uma simples questão estética de fim de linha. O arvoredo urbano é uma infraestrutura técnica tão importante como o fornecimento elétrico, a rede viária ou os esgotos. Representa manifestamente um contributo decisivo para a saúde pública, física e mental, e o bem-estar de todos os que vivem ou circulam em ambiente urbano.

Um adequado planeamento que tenha em consideração toda a infraestrutura verde envolvente, a montante, prevendo e definindo o espaço a ela destinado e incorporando *Nature Based Solutions*, contribui para o bom funcionamento de todas as outras infraestruturas, constituindo também um

fator decisivo para as futuras escolhas dos munícipes. A simples introdução de telhados verdes por si só representa uma valorização de 5% no valor de um imóvel e diminui drasticamente a amplitude térmica do edifício.

Uma infraestrutura verde bem planeada, potencia o andar a pé, estimula a utilização dos meios de mobilidade suave, integrando-se com o transporte coletivo, traz melhorias muito significativas da qualidade do ar, controlando as amplitudes térmicas e mantendo uma humidade relativa do ar adequada, impedindo fluxos excessivos resultantes da pluviosidade, numa altura em que os fenómenos extremos se sucedem, tornando o uso do espaço público muito mais agradável, para além de contribuir, significativamente, para uma melhoria da paisagem urbana.

Em termos económicos, sabemos que a melhoria das condições para o peão e para os meios de mobilidade suave beneficia o comércio local e toda a vida em comunidade, podendo contribuir para a revitalização de zonas degradadas, com a implementação de atividades comerciais e de lazer.

Em zonas de edificado já construído, com ruas muito estreitas, onde a colocação de árvores de grande e médio porte não é, de todo, possível, a colocação de árvores e arbustos de fruto diversos, com épocas de frutificação distintas, pode estimular a participação da comunidade na sua gestão (tal como é referido no ponto 7º do regulamento em apreço) e permitir que populações mais envelhecidas, de saúde mais débil ou de menores rendimentos usufruam de fruta fresca ao longo do ano.

O fenómeno da apropriação do espaço público, desde que adequadamente enquadrado e previsto, fomenta a qualidade de vida e a representatividade dos núcleos urbanos, envolvendo a população e humanizando a paisagem. A adesão às hortas urbanas é prova cabal disso mesmo, e esse fenómeno não tem de acontecer apenas nas áreas maiores criadas para o efeito, podendo acontecer ao nível do canteiro, nas proximidades das habitações.

Essa apropriação deve ser conjugada, com a implementação de zonas que promovam a fixação da fauna auxiliar, nas quais devem ser introduzidas espécies autóctones preferidas pelos polinizadores, privilegiando os espaços contínuos e de coberto vegetal aos impermeabilizados.

Vemos no regulamento que existe alguma preocupação com as zonas impermeabilizadas, pelo que gostaríamos de relembrar a importância de incorporar soluções estratégicas na escolha dos materiais de pavimentação dos passeios e estradas que melhorem a infiltração de água e promovam a regulação das temperaturas superficiais das superfícies, com reflexos na temperatura do ar.

Obviamente que, para o tema aqui em audição, o mais importante é que este tipo de planeamento, a montante, constitui um fator facilitador da futura gestão do arvoredo urbano.

Se os espaços destinados à infraestrutura verde tiverem dimensão e adequabilidade e garantirem uma verdadeira biodiversidade nos espécimes implantados, as futuras intervenções no arvoredo serão de pequena monta e muito mais eficientes, permitindo assim uma melhor relação das pessoas com a infraestrutura verde, permitindo o estabelecimento de corredores contínuos, que abrirão caminho à renaturalização dos espaços, tornando-os biodiversos e mais auto-suficientes.

Como todos sabemos, o património natural é de primordial importância para a resiliência das cidades do futuro e para a saúde física e mental de todos os que nela habitam.

Para finalizar, seria desejável que a autarquia de Lisboa conseguisse a breve prazo ter um património arbóreo comparável ao património histórico edificado, tornando Lisboa uma capital de vanguarda na integração da natureza.

23 de junho de 2021

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável